



PAINEL DE DISCUSSÃO: A CONCERTAÇÃO ENTRE DIPLOMACIA, COOPERAÇÃO E NEGÓCIOS

José Manuel Briosa e Gala

Penso que é altura de encararmos a relação entre as componentes que estão hoje em debate de uma forma prática e realista, deixando de lado pudores e considerações que a realidade das práticas não justifica. Uma das coisas que me impressionou quando assumi funções governamentais foi ver que há muito tempo que, por exemplo, os ingleses tinham inscrito como divisa oficial do Foreign Office a promoção do comércio externo. Não existe em algumas diplomacias, porventura mais ágeis do que a nossa nestas matérias, quaisquer complexos ou inibições sempre que é necessário assumir interesses comerciais com apoio da embaixada local respectiva. Nós também estamos a fazer este percurso e penso que estão a ser dados passos certos nesse domínio.

Relativamente às conclusões preliminares do estudo, gostaria de fazer algumas considerações. Quando falamos em Estado, temos de distinguir de um ponto de vista teórico o que é a função político-diplomática daquela outra que estamos hoje a debater da diplomacia pública, que tem mais a ver com a facilitação, a promoção e a criação de condições do investimento e da internacionalização das empresas portuguesas. Temos de ter neste domínio uma visão de longo-prazo, estratégica, em função da qual os meios deverão adequar-se. Dos resultados apresentados, constato com agrado que Portugal continua a ter um enorme *good-will* em Angola e Moçambique. Os sucessivos governos destes países e de Portugal conseguiram salvaguardar um activo, que é único, entre os nossos Estados, feito de uma história comum e dinâmica. Nos últimos dez/quinze anos foi possível manter uma excelente cooperação ao nível dos princípios e da concertação diplomática em processos delicados como o de paz em Angola e em Moçambique. Houve a preservação da importância da língua, da própria cultura e de muito do relacionamento humano. Esta é a base principal a partir da qual se semeou e se pode construir. No entanto, neste momento isto só não chega.

Estou de acordo com o Dr. José Lamego, quando diz que deverão ser as maiores e melhores empresas a ir para o exterior, e concretamente nestes países. De algum modo, foi o que se fez até agora e com algum grau de sucesso. Mas creio também que na reconstituição do tecido económico de Moçambique ou de Angola podem existir excelentes oportunidades para médias empresas portuguesas, desde que haja, a nível local, apoio institucional numa primeira fase (por exemplo, um estudo foi feito pelo governo angolano identificando empresas a privatizar).

Aqui entramos de novo em choque com o que é a proclamação dos princípios e a realidade no terreno. Neste momento é completamente desajustado ter, a nível local, as mesmas estruturas que tínhamos há 10 ou 15 anos. Hoje há condições de estabilidade para o investimento e para o desenvolvimento, e isto requer uma reformulação do aparelho diplomático e do apoio externo que Portugal pode conceder. É injustificável que em Moçambique Portugal esteja há 2 anos sem conselheiro para a cooperação.

Como passar à prática um reforço da cooperação em sectores-chave se não temos no terreno recursos humanos?

Estamos nestes países em concorrência com outros países que têm dezenas de funcionários especializados quer no âmbito da cooperação quer no apoio ao investimento.

Em Angola continuamos com um conselheiro para a cooperação há 10 anos.

A propósito da cooperação, julgo que os sectores de concentração são consensuais e estão delineados. Mas estamos em condições, por enquanto privilegiadas, de actuar nos sectores da educação, da formação profissional, do reforço das capacidades institucionais, e devíamos reforçar substancialmente a ajuda nestas áreas.

Estou de acordo com o actual governo, que está a encerrar apoios de conselheiros em áreas menos estratégicas, poderia até, sem prejuízo para o país, encerrar-se algumas embaixadas, mas devem ser concentrados esforços onde podemos de facto ter algum valor acrescentado, mas a passagem do discurso para a prática está por fazer.

Com a predominância recente da China e Brasil em Angola e Moçambique, quando estes países põem à disposição dos Estados linhas de crédito que ascendem aos 2 mil milhões de euros, no caso da China, ou 580 mil no caso do Brasil, e que, de forma mais ou menos transparente e mais ou menos correcta, vão na prática condicionar todas as necessidades de reconstrução e concursos de utilização desses fundos, favorecendo as empresas dos respectivos países, nós na verdade corremos o risco de ser, em alguns casos, varridos do mapa, ou ficar com obras muito residuais.

Não digo que tenhamos capacidade de fazer o mesmo, mas podemos ter capacidade para fazer mais. Aliás, a recente iniciativa da criação da SOFID parece-me uma boa medida, mas espero que estes fundos inicialmente afectados (cerca de 20 milhões de dólares) se esgotem rapidamente e obriguem, quer o Estado português, quer os bancos associados, a reforçar consideravelmente o montante.

Relativamente aos países que assumiram hoje uma importância maior quer em Angola quer em Moçambique, e de acordo com os dados projectados, considero que não há muitas surpresas: os tradicionais estão lá, têm outra capacidade económica e financeira que nós não temos, mas isso obriga-nos a ser mais ágeis e articulados ao nível das componentes que discutimos e da intervenção local. Aí temos um fortíssimo inconveniente: os portugueses são muito individualistas. E esta é uma questão de mentalidade.